



Sede da União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro

Reunião Ordinária de 27-11-2024

Ata nº 24

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	F
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 21 – 11 - 2024

Operações Orçamentais	1 189 203,27€
Operações de Tesouraria	525 691,21€
Documentos	0,00€

Início da reunião: 14.30 horas

Termo: 16.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal.



I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara abriu a reunião começando por justificar a ausência do Vereador Manuel Fernandes por motivos profissionais, cumprimentou a mesa, o Presidente da Junta de Freguesias da União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, Alfredo Domingues, o Sr. ^o Fernandino, os técnicos que acompanham a reunião e o público.

O Presidente da Câmara colocou à deliberação retirar o assunto 343, pois foi detetado um erro no pedido da Associação. O Executivo aprovou por unanimidade retirar o assunto 343 da Ordem de Trabalhos.

O Presidente informou que decorreu uma reunião de trabalho e apresentação da elaboração do Plano de Paisagem, dividido na zona de montanha e zona de ribeira, numa perspetiva de criar economia no território com a valorização da paisagem.

O Vereador José Rodrigo, refere que realizada uma reunião com a consultora “ATIS – Consulting” no âmbito do Projeto AECT – Rio Minho, com uma ação de capacitação sobre o que poderão ser os projetos-piloto de mobilidade transfronteiriça e que, brevemente, será constituída a denominada “EUROCIDADE”, constituída pelos Municípios de Melgaço, Arbo, Neves e Cañiza, como oportunidade de mobilidade entre estes territórios.

O Presidente deu nota da Queijaria Prados de Melgaço ter alcançado três medalhas no World Cheese Awards 2024, pelo que parabenizou a empresa pelos prémios, pelo trabalho e percursos de excelência.

Informou, ainda, que existem várias obras a decorrer, com especial foco para a requalificação integral da Pousada da Juventude, bem como as pontes do Parque Urbano do Rio do Porto.

Por último, o Presidente da Câmara referiu-se à Festa do Espumante de Melgaço 2024, um certame com muita inovação, este ano com especial destaque para os atores locais,

nomeadamente com a participação dos restaurantes do concelho no show cooking, provas comentadas pelos enólogos do território e ainda atuação de artistas melgacenses, no domingo, como já é habitual, que culmina num momento alto da Festa.

A Festa do Espumante decorreu bem, com uma visitação superior à de anos anteriores na sexta-feira, contudo, no sábado, ocorreu um momento difícil, fruto dos fortes ventos que se fizeram sentir, que levou à decisão de encerrar o recinto do evento de forma a garantir a segurança dos muitos que já se encontravam no local e dos muitos outros que iriam chegar. Afirmou que, se anunciava uma noite formidável, mas a segurança sobrepõe-se, pelo que a empresa esteve a reforçar a tenda durante a noite para desta forma garantir a sua abertura no domingo.

Salientou que será proferido despacho de isenção dos valores pagos pela inscrição aos produtores participantes na Festa do Espumante, como forma de compensação pelo encerramento de sábado.

O Vereador José Rodrigo, refere que aproveitando a realização do evento da Festa do Espumante e a convite do Município, estiveram presentes duas comitivas representantes, respetivamente, do Município de Villeparisis (França) e do um Município próximo da cidade de Hannover (Alemanha), localidade esta que geminou Villeparisis.

Houve a oportunidade para a realização de uma reunião de trabalho para discussão de alguns projetos de cooperação cultural, desportiva e escolar, a serem levados a cabo em 2025, a descerrar uma placa alusiva à inscrição da gemação Melgaço/Villeparisis na entrada da Vila.

De todas as obras programadas, foram evidenciadas as seguintes obras:

Iniciadas da requalificação integral da Pousada da Juventude como resposta ao acolhimento e alojamento de estudantes da ESDL – Escola Superior de Desporto e Lazer, no Monte de Prado.

Nas férias estudantis de Verão, a sua ocupação será para todos os jovens que cheguem ou visitem o território.

Oportunidade para terminar a requalificação de alguns passadiços em madeira e algumas obras adjacentes no Parque Rio do Porto.



O Presidente convidou os Vereadores e todos os que acompanham a reunião para marcarem presença no acender das luzes de Natal no próximo dia 6 de dezembro, pelas 18:00 horas.

Pedi a palavra o Vereador José Rodrigo, cumprimentou o Presidente da Câmara, a mesa, o Presidente de Junta, as secretarias e equipa técnica, bem como o público que acompanha a reunião online. Justificou a ausência do Vereador Manuel Fernandes por motivos profissionais inadiáveis.

Felicitou a Queijaria Prados de Melgaço pelas medalhas alcançadas no concurso World Cheese Awards 2024.

Solicitada informação sobre a evolução dos trabalhos de manutenção e de conformidade sobre os requisitos ao abrigo da Norma ISO9001/2015 (sistema de Gestão de Qualidade), válido até 05/05/2026, e a evolução dos trabalhos de implementação e de conformidades do padrão normativo para a obtenção do “Selo de Ouro” em 2026 como Certificação Internacional, denominada “Melgaço como destino turístico sustentável”, pela entidade acreditada “EarthCkech”.

O Vereador questionou, pois não tem sido abordado, o ponto de situação das certificações selo de qualidade que o Município alcançou e bem.

Interrogou ainda, se no âmbito do Campeonato Europeu de XCO foi realizada alguma previsão do retorno para o Município.

Congratulou o Município, pela isenção dos produtores na Festa do Espumante.

Agradeceu o convite para o acender da iluminação de Natal.

O Presidente da Câmara respondeu que há uns anos foi feita a certificação da qualidade de alguns serviços do Município, tendo-se alargado a outros durante os anos, pois não é hábito do Município começar e não dar continuidade às opções. Trata-se de um trabalho importante, que permite uma melhoria dos serviços prestados à população, pelo que se tem feito um bom percurso.

No que diz respeito ao selo de qualidade ambiental, atingido em fevereiro de 2022, tendo-se feito a revalidação em 2023 e em fevereiro de 2024, afirmou que espera que em 2025 também seja revalidado o selo. Explicou que apenas quando se efetue a quinta revalidação estará o Município em condições de alcançar o selo ouro. Este mecanismo é importante e coloca o Município em condições de excelência em especial na área do turismo.

Quanto ao Campeonato Europeu de XCO, em junho de 2025 irá contar com quarenta equipas, pelo que será necessário disponibilizar hotéis até Viana do Castelo, não havendo, portanto, dúvidas sobre o grande impacto da prova, não só em Melgaço como em toda a região.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

337. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n. º23 de 13-11-2024.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n. º23 de 13-11-2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

338. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

339. Presente requerimento em nome de Manuel Augusto Esteves, a solicitar a emissão de certidão de compropriedade indivisa, relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 3851 da Freguesia de São Paio, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º12177 de 08-11-2024 e para efeitos do disposto no nº.1 do artigo 54º. da Lei nº.91/1995, de 2 de setembro, alterada pela Lei nº.64/2003, de 23 de agosto, a

aprovação da emissão de certidão de compropriedade indivisa, relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 43851 da Freguesia de São Paio.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

340. Presente requerimento de Albertino Esteves, na qualidade de representante de Rui Filipe Alves, Marta Sofia Alves, Alice Liliana Alves e Olga Lourenço Cardoso Alves, a solicitar a emissão de certidão de destaque de parcela, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12191 de 08-11-2024 e para os efeitos do n.º 9 do artigo 6.º do RJUE, emitir certidão comprovativa de destaque de parcela.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

341. Presente requerimento de José Domingues, a solicitar a emissão de certidão de destaque de parcela, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12552 de 19-11-2024 e para efeitos do disposto do n.º 9 do artigo 6.º do RJUE, a aprovação da emissão de certidão de destaque de parcela.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

342. Ofício da Paróquia de Santa Maria da Porta, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 19.334,54€, destinado ao pagamento de trabalhos efetuados na obra de conservação e restauro do Convento das Carvalhiças. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12599 de 21-11-2024 e no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 13.000,00€, para as obras de conservação e restauro do Convento das Carvalhiças.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

343. Carta da Junta de Agricultores da Levada de Alvaredo, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 5.000,00€, para fazer face às despesas efetuadas com a respetiva levada. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

344. Ofício da Associação C.R.D. Melgaço em Movimento, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 2.500,00€, para a realização da Festa de Natal dos filhos dos funcionários do Município. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º11567 de 25-10-2024 e no uso da competência prevista na alínea u) do n. º1 do artigo 33.º da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 2.500,00€, para a realização da Festa de Natal dos filhos dos funcionários do Município.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

345. Presente para efeitos de aprovação do Contrato Programa da Associação Melgaço em Patins. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º12557 de 19-11-2024 e no uso da competência prevista na alínea u) do n. º1 do artigo 33.º da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Contrato Programa, bem como a atribuição de um subsídio no valor de 7.500,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

346. Presente para efeitos de aprovação do Contrato Programa da Associação "A Batela". O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º12561 de 19-11-2024 e no uso da competência prevista na alínea u) do n. º1 do artigo 33.º da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Contrato Programa, bem como a atribuição de um subsídio no valor de 25.000,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

347. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2025, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vereador José Rodrigo pediu a palavra para referir que após análise do documento, efetivamente tem pontos importantes, mas claramente insuficientes, não prevê apoios para a fixação de pessoas. A evolução nos últimos catorze anos tem vindo a decrescer.

Relativamente às receitas do IMI, estas tem vindo a aumentar a partir de 2018, mantendo-se a situação, apesar da proposta do PSD para o orçamento de 2025 de se realizar uma dedução de IMI para 0.3%.

Também a parte variável do IRS, todo ou em parte, deve ser favorável ao contribuinte Melgacense, pois desde 2015 que a receita do Município tem vindo a aumentar fruto do IRS.

Por outro lado, o Governo, por exemplo, tem feito uma atualização dos apoios sociais, em função da inflação, já o Município tem mantido, os mesmos apoios, praticamente inalterados, desde há vários anos.

Afirmou que também não se encontram previstos apoios à emigração.

Concluiu que o PSD gostaria que este documento fosse revisto e atualizado.

O Presidente da Câmara respondeu que efetivamente num mundo ideal anulavam-se os impostos, contudo, sem estes a sociedade não vive, pois é através deles que o Estado concretiza as suas funções.

O Presidente explicou que o crescimento do IMI é adjacente ao aumento da edificação no concelho e de reabilitações dos imóveis, contudo não é suficiente para que o Município possa abdicar dos 0.32%, esta percentagem corresponde quase ao limite mínimo.

Relativamente à natalidade, afirmou que apesar de haver quebra na atribuição de apoios não pode ser dito que a natalidade diminuiu, pois, a realidade não é essa. Aliás, prova disso

é que neste momento um dos assuntos discutidos no CLAS é a necessidade de aumentar a oferta de creche no concelho, quando há alguns anos até se desmantelou uma. Comprova também o aumento de crianças no concelho os números apresentados pela Escola todos os anos, onde consecutivamente estão em aumento. Afincou que o território está a fazer um percurso interessante e de aumento da população.

No que diz respeito ao IRS, o Presidente disse que os duzentos e setenta mil euros divididos pelos melgacenses, sendo que aí são os que mais ganham os que ficam mais beneficiados e pressupõe um valor tão insignificante a cada um, que em nada melhora a qualidade de vida da população, enquanto para o Município faz diferença e permite fazer investimentos para a globalidade dos melgacenses. Por exemplo, a Festa do Espumante custa esse valor ao Município, a Festa do Alvarinho e do Fumeiro pressupõe um valor ainda superior a esse, estes eventos são determinantes para o concelho e esse valor garantem a sua execução. Creio que todos concordam que não se devem deixar de realizar, afirmou.

O Município disponibiliza outros apoios relevantes, como os Benefícios Fiscais para a construção e reabilitação, que pesam no Orçamento Municipal, só em taxas não cobradas para aprovação de projetos estão em causa cerca de quarenta mil euros.

Relativamente à agricultura em 2025, para além dos apoios já disponíveis será concretizado mais um.

O Vereador José Rodrigo respondeu que são incomparáveis os valores do IRS com a realização de eventos. Afirmou que não se trata do valor em si, mas sim, da atitude. Explicou que não se trata de não pagar impostos, claro que é necessário, mas o Município tem de ter contemplação.

Disse que, por exemplo, a diminuição das tarifas de água para comércio e indústria para, assim, aumentar as margens.

O Vereador afirmou que é real a diminuição da população e a desertificação, em especial no centro urbano, por isso já se deviam ter criado incentivos à fixação, para cativar população.

O Presidente da Câmara objetou, explicou que atrair população passa por criar economia e é nisso que o Município está a trabalhar, em paralelo com a conceção de apoios que facilitem e ajudem à fixação.

Relativamente às tarifas de água, que não são apenas de água, mas também de saneamento e resíduos, estas não são caras, permitindo cobranças enquadradas nas orientações da ERSAR, as quais devem ser cumpridas, tal como já foi explicado inúmeras vezes aos Vereadores.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º12630 de 22-11-2024 e no uso da competência prevista na alínea a) do n. º1 do artigo 33.º a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS).

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Gestão Municipal

348. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025, que ficará anexa à presente ata.

O Presidente Câmara apresentou o Orçamento Municipal para o ano de 2025, como o maior Orçamento de sempre, com um elevado conjunto de obras para levar a cabo.

Procedeu à apresentação do documento, dando nota de que as receitas correntes ascendem a 53,87%, já as de capital a 46,13%.

A despesa corrente é de 51,81% e a despesa de capital onde consta, entre outras, a Zona de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, a manutenção da rede viária, ações de âmbito social, intervenções no parque habitacional e criação de novos fogos habitacionais, requalificação da Pousada da Juventude, Projeto Condomínio de Aldeia, 2.ª Fase da Reabilitação do Convento de Paderne, Requalificação do Centro de Saúde, Ciclo Urbano da Água, corresponde a 48,19%.

O valor das transferências correntes para apoio a instituições locais o ano de 2025 estimam-se em 1.046.545,00€, já às transferências de capital ascendem a 250.000,00€. Está previsto transferir para as Juntas de Freguesia o Concelho um montante global de mais de 1.620.000,00€.

O Vereador José Rodrigo, refere que da análise aos documentos apresentados e relativos às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025, considera-se que os mesmos continuam a não conterem propostas estratégicas para execução a curto prazo, que possam responder aos anseios e expectativas mais prementes dos nossos Municípios, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento económico e social, e quanto à atração e fixação de população, principalmente dos mais jovens.

As opções apresentadas neste Plano de Atividades e Orçamento de 2025 não vão criar mais bem-estar nem capacitar o concelho para proporcionar melhor qualidade de vida aos Melgacenses, antes pelo contrário, pois que, se fixa o IMI acima da taxa mínima, não se desenvolve de todo ou em parte, os 5% do IRS pagos pelos residentes, não se desburocratiza, não se reveem os apoios para minimização dos encargos sobre as tarifas da água, do saneamento e dos resíduos sólidos aos residentes e aos empresários, e outras matérias, tudo isto saindo diretamente do bolso dos Melgacenses.

Perante os documentos do Plano de Atividades e do Orçamento apresentados para 2025 e, sobretudo, os indicadores apresentados, a proposta de orçamento apresentada pelo Município será de mera continuação, sem definições de estratégias claras que possam inverter o empobrecimento, o despovoamento, o fecho de lojas comerciais e de serviços, o menor poder de compra, a falta de dinâmica na captação de novas empresas e de emprego, a falta de incentivos à captação de jovens, a descredibilização e a pouca esperança no futuro.

É um orçamento que não serve verdadeiramente os Melgacenses, e a Vereação do PSD apresentou ao Executivo um conjunto de 60 contributos/proposta para que fossem contempladas neste Orçamento de 2025, como medidas diferenciadoras e exequíveis, e praticamente na sua grande maioria não foram atendidas.

O Presidente da Câmara respondeu que não concordava com a análise apresentada pelo Vereador. Explicou ao Vereador que, claramente, não analisou corretamente o Mapa de Pessoal, pois este ano há um aumento de nove colaboradores, para substituir aqueles que já se vão aposentar futuramente. Pelo que os lugares que conta devem dizer respeito a lugares não ocupados, mas que é obrigatório manter devido às comissões de serviço ou licenças sem vencimento, por exemplo.

Afinçou, ainda, o Presidente da Câmara que não podia discordar mais com o Vereador quando afirma que este Orçamento não prevê investimento, quando apresenta um quadro de investimento em que, só as áreas de Acolhimento de Nova Geração têm um custo de 12.717.533,00€, pois este Município está a trabalhar para mudar o paradigma.

Assegurou, também, que não podia concordar com o Vereador quando diz que não existe investimento social, estando previsto um investimento de requalificação do Centro de Saúde na ordem dos 2.000.000,00€. Também na área da habitação social está em curso um investimento elevado, quer na criação de condições condignas em habitações privadas, quer na criação de nova habitação social.

Este Executivo tem ambições várias para o território que passam pela parte empresarial, social, saúde, entre outras.

Interveio o Vereador José Rodrigo para responder que não tinha dito que não havia investimento, mas sim que havia pouca margem para concretizar, pois é necessária estratégia económica e social para este período de transição. Afirmou que o que se vê são lojas a fechar, pois a oferta é cada dia mais escassa, o que leva as pessoas para outros lados, como Monção.

Os eventos são importantes, para os produtores e para a publicidade, atraem pessoas, mas apenas naqueles dias, pelo que se deve olhar para os restantes dias, é necessário criar emprego noutras áreas.

O Presidente respondeu que enquanto o Vereador via lojas a fechar, o Executivo via lojas a abrir, como a Casa Lourenço; Adegas do Sossego; Verde Minho.

Afinçou que não tinha dúvida que os eventos são decisivos para o território, há um consumo imediato de hotéis, restaurantes, entre outros, mas sobretudo um posicionamento como território único que prevalece no tempo e atrai cada vez mais gente ao território e aumenta o consumo dos nossos produtos de excelência, conferindo-lhes valor acrescentado. Tal como com os eventos desportivos que significam muito para os atores económicos no imediato, mas que também garantem o regresso dos participantes em outros momentos, dinamizando a economia para além dos eventos. É completamente errado fazer uma análise subjetiva desses momentos.

Quanto à estratégia, trata-se de um caminho que se desenha e se vai desenvolvendo, não se pode dizer que há falta de estratégia quando ao longo do caminho vão sempre acontecendo coisas.

Asseverou que essa imagem negativa e pessimista não é real, disse que este seria o último orçamento que ia defender e que não ia permitir esse discurso negativo, pois é enganoso.

O Executivo deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Vereadores da bancada PPD/PSD, nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº1 do artº33 da Lei n.º 75/2013, de

12 setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

349. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal, a majoração da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2024, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Pediu a palavra o Vereador José Rodrigo para referir que se verifica um aumento dos prédios degradados, o que é sinal de que incentivo para o restauro não é forte e que não é com o agravamento do IMI que se ultrapassa esta questão. Afirmou que Melgaço tem escassez de habitação, pelo que deve haver estratégia e colaboração do Município para a reabilitação, até mesmo com fundos.

O Presidente da Câmara explicou que os prédios não aumentaram, trata-se de um trabalho contínuo de identificação, pelo que foram mais prédios identificados este ano. Disse que a penalização já é realizada há muitos anos, é residual o agravamento, trata-se apenas de dar um sinal, o qual é acompanhado de muitos outros benefícios fiscais para aqueles que procedam à reabilitação.

O Executivo deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Vereadores da bancada PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº12625 de 22-11-2024 e de acordo com a alínea ccc), do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro e nº8 do artigo 112º do Código do IMI, a majoração em 30% da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Presidência

350. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de alteração ao Contrato Programa e Contrato de Arrendamento da empresa Municipal Melsport, que ficará anexo a esta ata.

O Vereador Rodrigo pediu a palavra para aludir que a Melsport deve ser autossustentável, pelo que estes apoios deveriam ser diminuídos.

O Presidente respondeu que a Melsport tem aumentado a receita e que houve necessidade de rever o Contrato-Programa porque também se viram aumentadas as atividades suportadas nesse âmbito.

Interveio o Vereador José Rodrigo para referir que os valores de utilização dos equipamentos estão muito acima dos valores de mercado.

O Presidente da Câmara respondeu que a informação que tinha é de que os ginásios privados praticam valores muito superiores.

O Vereador disse que, quer os de competência pública, quer os de competência privada, praticam preços inferiores.

O Presidente respondeu que tinha dúvidas em relação a essa apreciação de mercado, contudo a qualidade do espaço garante umas condições exímias para a prática, o que também deve ser reconhecido. Aliás, se assim não fosse não tinha tanta procura, até pelos vizinhos Espanhóis que dos diferentes concelhos escolhem este local para as praticas desportivas.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores da bancada PPD/PSD, nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de alteração ao Contrato Programa e Contrato de Arrendamento da empresa Municipal Melsport.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

III – Período de Intervenção do Público

Neste período não foram solicitadas intervenções por parte do público.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.30 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Sonáguas Domingos, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal

